Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

ORDEM DO DIA
PARA A 14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL
EM 20 DE ABRIL DE 2021

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Votação adiada - Projeto de lei Complementar nº 45, de 2019, de autoria do deputado Daniel José. Altera a redação da Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais. Parecer nº 1180, de 2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável com substitutivo. Parecer nº 490, de 2020, da Reunião Conjunta das Comissões de Educação e Cultura e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao substitutivo.

2 - Votação adiada - Projeto de lei nº 369, de 2019, de autoria dos deputados Bruno Ganem e Maria Lúcia Amary. Proíbe a fabricação, comercialização, armazenamento, transporte, manuseio, utilização, queima e soltura de fogos de artifício de estampido no Estado. Parecer nº 299, de 2020, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável com substitutivo e contrário aos Projetos de lei nºs 420 e 624, de 2019, e 18, de 2020. (Em anexo os Projetos de lei nºs 420 e 624, de 2019, e 18, de 2020).

3 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 26, de 2018, de autoria da deputada Analice Fernandes. Autoriza o Poder Executivo a criar o cargo de diretoria de enfermagem no Quadro da Secretaria da Saúde do Estado. Pareceres nºs 1088, de 2018, 1491, de 2019, e 316, de 2021, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Administração Pública e Relações do Trabalho e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 331, de 2016, de autoria do deputado Roberto Engler. Dispõe sobre a padronização da estampa da data de validade na embalagem de merenda escolar. Pareceres nºs 1852, 1853 e 1854, de 2017, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação,

de Educação e Cultura e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 574, de 2016, de autoria da deputada Márcia Lia. Dispõe sobre o direito das unidades familiares homoafetivas nos programas desenvolvidos pelo Estado. Pareceres nºs 1453, de 2017, e 1389, de 2019, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais, favoráveis.

6 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 584, de 2016, de autoria do deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. Dispõe sobre a inclusão de cláusula nos contratos de adesão aos serviços de telefonia fixa, de telefonia móvel e de banda larga móvel, e dá outras providências. Parecer nº 7, de 2020, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 8, de 2020, da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor, favorável com substitutivo.

7 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 529, de 2019, de autoria do deputado Coronel Nishikawa. Autoriza o Poder Executivo a destinar 50% (cinquenta por cento) do valor arrecadado com multas originárias de bafômetro para obras, aquisição de equipamentos, veículos e ativos para o Corpo de Bombeiros do Estado. Pareceres nºs 187, de 2020, e 51 e 311, de 2021, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Transportes e Comunicações e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

8 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1189, de 2019, de autoria do deputado Marcos Zerbini. Altera a redação da Lei nº 2.574, de 4 de dezembro de 1980, que estabelece normas para declaração de utilidade pública. Parecer nº 306, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

9 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 146, de 2020, de autoria da deputada Leci Brandão e outros. Determina a suspensão do cumprimento de mandados de reintegração de posse e imissão na posse, despejos e remoções judiciais ou extra-judiciais enquanto vigorar medida temporária de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus - COVID-19. Parecer nº 308, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Saúde, favorável com emenda.

10 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 504, de 2020, de autoria da deputada Marta Costa. Proíbe a publicidade, através de qualquer veículo de

comunicação e mídia de material que contenha alusão a preferências sexuais e movimentos sobre diversidade sexual relacionados a crianças no Estado. Com emenda. Parecer nº 315, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao projeto e à emenda.

11 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 631, de 2020, de autoria da deputada Isa Penna. Institui o Programa de Proteção à Policial Civil gestante. Parecer nº 309, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Administração Pública e Relações do Trabalho e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

12 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 670, de 2020, de autoria da deputada Valeria Bolsonaro. Altera a Lei nº 17.158, de 18 de setembro de 2019, que institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA. Parecer nº 310, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável com substitutivo.

13 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 738, de 2020, de autoria do deputado Campos Machado. Institui o Programa Emergencial Paulista de Vacinação Contra a COVID-19. Parecer nº 312, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

14 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 755, de 2020, de autoria da deputada Janaina Paschoal. Estabelece a possibilidade de que as famílias que se encontrem na fila para adoção funcionem como famílias acolhedoras e lhes concede prioridade para adotarem as crianças ou adolescentes que tenham acolhido. Parecer nº 314, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

15 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 112, de 2021, de autoria dos deputados Roque Barbiere e José Américo. Institui o atendimento centralizado dos serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Protestos de Títulos e outros Documentos de Dívida no Estado. Com emenda. Parecer nº 307, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao projeto e contrário à emenda.

16 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 119, de 2021, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Acrescenta o artigo 28-A à Lei nº 17.286, de 20 de agosto de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021. Parecer nº 313, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.